

IAOD do Deputado Chan Meng Kam em 05.12.2014

Nos últimos 15 anos após o retorno à Pátria, devido à falta de primazia dos transportes públicos, aumento demasiado rápido do número de veículos, moroso processo de expansão urbana, desactualização dos planos relativos ao trânsito e à construção de novas ruas, roubo das faixas de rodagem pelos autocarros dos casinos e constante crescimento populacional e de turistas, os residentes deparam-se com crescentes dificuldades nas suas deslocações e a sua qualidade de vida está a ser afectada. Contudo, as autoridades responsáveis pelos assuntos de trânsito, quando questionadas sobre a situação caótica do tráfego, deram sempre respostas magníficas, só que nenhuma das soluções avançadas surtiram os devidos efeitos. Naquela altura, lançaram a política de “primazia dos transportes públicos” e referiram que iam introduzir um mecanismo de concorrência, para resolver o problema das dificuldades em apanhar transportes por parte dos residentes, só que, até ao presente momento, não se verifica qualquer concorrência nem primazia dos transportes públicos, pelo contrário, é cada vez mais difícil apanhar transportes em Macau. Ora, os “táxis amarelos” já saíram do mercado, mas devido à existência de centenas de “táxis pretos” que oferecem serviço através de chamadas, essas autoridades disseram logo que não havia problema. Só que, na realidade, quando os residentes ligam para as companhias de “táxis pretos” para pedir o serviço, mesmo dizendo que vai ser oferecida uma “prenda”, não conseguem obtê-lo. Quanto ao controlo de veículos, as autoridades referiram já há muitos anos que se tratava de um problema urgente, só que nada foi feito. Apesar de terem dito publicamente que iam estudar o controlo dos autocarros dos casinos, mais de três anos já se passaram e nada se verificou. Tudo isto demonstra que não podemos depender da grandiloquência dos discursos das autoridades para resolver os problemas de trânsito, caso contrário, só haverá lugar ao agravamento desses problemas.

A Direcção dos Serviços de Trânsito (DSAT) implementou o “Quadro geral da política de trânsito e transporte terrestres de Macau (2010-2020) (doravante designado como “quadro geral”), com o objectivo de resolver os problemas de trânsito através dos transportes públicos, trânsito transfronteiriço, transportes em carris e controlo e gestão de veículos, procedendo-se, para o efeito, aos respectivos estudos. Já percorremos metade do tempo, mas a população não está a ver os resultados dos estudos realizados nem qualquer efeito produzido pelas políticas entretanto definidas.

Na política de trânsito para 10 anos, realça-se um ponto fulcral – “a primazia dos transportes públicos”, e duas etapas importantes – infra-estruturas e serviços de transportes públicos. Mas, tendo em conta todo o processo de transformação de duas para três empresas de autocarros, pode constatar-se que a chamada “introdução de concorrência” não obteve sucesso. Segundo muitos trabalhadores dos autocarros: antigamente, as duas empresas adoptavam medidas flexíveis para aumentar a frequência das carreiras nas horas de ponta. Depois da

introdução do novo modelo, o cálculo passou a ser feito com base na quilometragem e acabou-se aquela “cantiga”. Assim, como é que se consegue otimizar as infra-estruturas e serviços de transportes públicos? Para além disso, há empresas suspeitas de estarem a violar as regras, alugando os seus autocarros às concessionárias do jogo para servirem de “autocarros dos seus trabalhadores”. A DSAT manifestou que, no pressuposto de não prejudicar os serviços de autocarros, as empresas de autocarros podem prestar serviço de aluguer de veículos. Mas o problema é: como é que o Governo consegue uma fiscalização eficaz?

Macau é uma cidade turística e o transporte transfronteiriço é extremamente importante. Mas, pode constatar-se que o transporte transfronteiriço das Portas do Cerco, que é o mais importante, está sempre num “caos”: congestionamentos na Avenida Norte do Hipódromo em direcção às Portas do Cerco; longas filas de espera para entrar no auto-silo Pak Lai junto do campo dos operários, que parecem serpentes desde que se instalaram câmaras de vigilância, sobrecarregando as vias; e grande a quantidade de “shuttle buses” dos casinos, alugados a preços altíssimos, com duas chapas de matrícula, que ocupam os canais de passagem fronteiriça e circulam sem passageiros no túnel subterrâneo na chamada “zona de ninguém”, só para “recolher” os passageiros que estão no parque de estacionamento junto do canal de entrada das Portas do Cerco. Trata-se, pois, de um fenómeno raro neste Mundo, que sobrecarrega ao longo dos anos o trânsito da zona das Portas do Cerco, criando “confusão e caos”.

O trânsito ferroviário é uma parte integrante dos transportes públicos. A construção do metro ligeiro foi apresentada em 2001. Já se passaram 14 anos. O trajecto de Macau ainda não está definido, não há calendarização para a conclusão do metro ligeiro, e as ligações com Zhuhai não passam de palavras. Não falta dinheiro ao Governo. As opiniões da população poderão ter tido alguma influência, mas o maior problema é a falta de sinergias no Governo e de este ter “reduzido a velocidade dos seus trabalhos”.

Perante a insatisfação em relação aos serviços de autocarros, à demora da conclusão da construção do metro ligeiro e ao caos dos serviços de táxis, as medidas de aumentar o imposto e encurtar o prazo para a inspecção obrigatória de veículos geram, inevitavelmente, a reacção do público. O Director dos Serviços para os Assuntos de Tráfego, Wong Wan, referiu que “se o aumento de veículos não for controlado, até 2020, a velocidade de condução na Av. de Horta e Costa será só de 5,6 km/h e andar a pé do Mercado Vermelho até à Av. de Sidónio Pais vai ser mais rápido do que conduzir.” Perante a falta de resposta dos serviços de transportes públicos às necessidades de deslocação da população, o controlo dos veículos não pode ser apenas um exercício de retórica e há que considerar uma melhor implementação, a par das duas medidas referidas.

Perante a situação caótica do trânsito de Macau, ou seja, muitos carros para poucas ruas, entendo que a resolução radical do problema deve começar por uma melhor concretização da primazia dos transportes públicos, e o Governo não deve

aproveitar o pretexto do aumento do número de passageiros para se esquivar das suas responsabilidades, devendo alterar, quanto antes, as cláusulas contratuais dos serviços de autocarros, introduzindo o mecanismo de uma real concorrência para evitar pagar na totalidade as despesas das concessionárias. Deve ser dada mais importância à parte técnica da construção do metro ligeiro, em detrimento da questão política. O concurso público do traçado do metro ligeiro da Península de Macau deve ser efectuado quanto antes e a ligação deste sistema ao posto transfronteiriço deve ter um prazo previsto. Para além disso, o concurso público para a emissão das licenças especiais de táxis deve ser realizado quanto antes para acabar com a situação das infracções. Em relação ao controlo de veículos, em primeiro lugar, os “shuttle buses” devem ser controlados; depois, deve cancelar-se a política de isenção do imposto na compra destes veículos; acelerar o abate dos veículos velhos e degradados; reforçar a gestão dos “shuttle buses” através de um mecanismo de cooperação entre Guangdong e Macau, não permitindo que voltem para Macau sem passageiros, dando apenas uma volta na “zona de ninguém”; impedir o seu estacionamento nas imediações da entrada do posto fronteiriço das Portas do Cerco; resolver o problema dos congestionamentos que resultam das longas filas de espera de veículos por lugares de estacionamento à entrada dos silos adjacentes ao referido posto fronteiriço, e construir mais silos públicos em todas as zonas. Ademais, a resolução do problema de trânsito não pode residir só em palavras, pois há que actuar e ter efeitos, para que os residentes sintam a facilidade da primazia dos transportes públicos e não tenham dificuldade em apanhar autocarro. Assim, a política para o controlo dos veículos privados, através do aumento do imposto e da inspecção obrigatória veicular, pode ser implementada sem sobressaltos. Portanto, a resolução do grave problema do trânsito de Macau depende de diferentes métodos.

IAOD do Deputado Chui Sai Peng José em 05.12.2014

A barragem de Datengxia: um modelo de colaboração

Finalmente chegou-se à contagem decrescente para o início da construção da barragem de Datengxia, uma fonte de água doce estável e sustentável, aguardada há já muito tempo pelos residentes de Macau. No passado mês de Outubro, o Conselho de Estado aprovou o Relatório de viabilidade das obras da barragem de Datengxia, assinalando o início da construção de uma obra relevante e de todo o interesse para a população de Macau, a longo prazo.

Em 15 de Novembro, uma delegação do Governo da RAEM, liderada pelo Secretário Lau Si Io, o membro da Comissão Permanente da APN, Ho lat Seng, e os representantes de Macau à APN, Lei Pui Lam e eu, deslocámo-nos até Guipeng, na Província de Guangxi, para participar na cerimónia do arranque das obras da barragem de Datengxia, e ficámos muito entusiasmados com o andamento do projecto.

Fazendo uma retrospectiva, nas décadas de 80 e 90 as marés salgadas atingiam Macau de 10 em 10 anos, a partir de 2000 passaram a acontecer de 2 em 2 anos, e agora acontecem todos os anos. A “redução da salinidade e o aumento do abastecimento de água doce” passaram de tarefa urgente a tarefa anual. Desde 2004 que o Governo da RAEM, os representantes de Macau na APN e os membros de Macau na CCPP procuram uma solução sistemática e científica para as marés salgadas. Enquanto representantes de Macau na APN, aproveitámos para apresentar solicitações e propostas, em nome individual e em conjunto, e até em nome da delegação, no sentido de salvaguardar a segurança do abastecimento de água a Macau e a toda a região do Delta do Rio das Pérolas.

Como se tratou de uma solicitação pragmática, razoável, e com profundo impacto para Macau e regiões circundantes, captou grande interesse por parte do Governo Central. Assim, nas sessões anuais da Assembleia Popular Nacional (APN) e da Comissão Nacional da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (CCPPCh), os responsáveis pela reforma e desenvolvimento do país e pelos recursos hídricos fizeram várias visitas à delegação dos representantes de Macau à APN, no sentido de trocar opiniões sobre as obras da barragem de Datengxia. Em 2008, os órgãos a que pertencem os referidos responsáveis elaboraram um plano específico sobre o fornecimento de água a Zhuhai e a Macau, no qual consideram a barragem de Datengxia como crucial para o fornecimento de água a Macau e a Zhuhai, pelo seu contributo na prevenção de inundações e secas, produção de electricidade, transportes e ainda na irrigação. Segundo o mesmo plano, com a entrada em funcionamento desta barragem em 2020, garante-se o fornecimento de 97% da água consumida em Macau - actualmente é menos de 90% -, portanto, poderá ser aliviado o problema das marés salgadas, e salvaguardadas a segurança e a estabilidade do fornecimento de água a Macau e

às regiões circundantes.

Em 26 de Novembro de 2009, o Governo da RAEM e o Conselho dos Recursos Hídricos da China assinaram um protocolo sobre a ampliação da barragem de Datengxia. A fim de promover a concretização dessa obra benéfica para Macau e regiões circundantes, o Governo da RAEM avançou com 800 milhões de RMB para ajudar os residentes afectados pela obra na mudança de casa. O referido Conselho tem sempre mantido estreito contacto com o Secretário para os Transportes e Obras Públicas e com o responsável da Direcção dos Serviços de Assuntos Marítimos e de Água, enquanto os representantes de Macau à APN continuam a desempenhar o seu papel de ligação, no ano passado dirigiram-se a Guangxi para acompanhar o andamento das obras e restantes trabalhos. Merece aqui ser feito um elogio a toda a população de Macau, que está a economizar água, o consumo diário de água per capita atinge os 150 litros, uma situação que é muito melhor do que a do território vizinho.

Nesta altura em que está a terminar o 3.º mandato do Governo da RAEM e se aproxima o 15.º aniversário do retorno de Macau à Pátria, aquela grande obra da engenharia hidráulica conseguiu finalmente ver luz, uma infra-estrutura importante que vai beneficiar as futuras gerações e que será concretizada muito em breve. Fazendo uma retrospectiva, a sua concretização deve-se à grande atenção e apoio do Governo Central, aos contributos e esforços do governo de Guangxi e do seu povo, à resistência e aos esforços dos dirigentes dos diversos governos da RAEM, dos membros de Macau à Assembleia Popular Nacional, dos membros das Conferências Consultivas Políticas, etc.. Um modelo de boa comunicação que deve servir de padrão, resultante da congregação de esforços, da colaboração entre dirigentes e população, e da cooperação regional. E nós, enquanto beneficiários, não nos devemos esquecer de quem nos dá de beber, de estimar as condições de desenvolvimento oferecidas pelo governo central e de apreciar o recurso natural precioso que as nossas províncias e cidades irmãs connosco partilham.

Aproveito esta oportunidade para expressar os meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que contribuíram para esta importante obra da nossa história, ou seja, os dirigentes dos diversos governos da RAEM, os membros da Assembleia Popular Nacional e os membros das Conferências Consultivas Políticas! Trata-se de uma experiência bem sucedida cujo objectivo é salvaguardar a segurança do abastecimento de água a Macau e à zona do Delta do Rio das Pérolas, não se trata apenas de uma obra importante para a vida da população, mas também de um modelo de cooperação de desenvolvimento valioso que deve servir de referência para a intensificação da cooperação regional e para o impulsionamento da diversificação adequada das nossas indústrias. Macau já entrou numa nova fase de desenvolvimento, e se pretendemos agarrar as oportunidades e ultrapassar as dificuldades, temos de aproveitar as políticas de apoio do País, cooperar com as diversas províncias e cidades, e tomar como referência o modelo de Datengxia. Para além disso, com o apoio das comissões e entidades das diversas províncias, cidades e governos, sob o aval do Governo Central, devemos criar os nossos próprios mecanismos de desenvolvimento, eficazes e de longo

prazo, e ainda, através da interacção, do diálogo, e dos nossos próprios esforços, criar planos de curto, médio e longo prazos, para desenvolver a nossa Região Administrativa Especial sob o lema “um país dois sistemas”, transformando-a numa região mais agradável, com melhores condições para viver, mais enérgica e mais responsável!

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 05.12.2014

Quando a direcção está errada, todos os esforços serão baldados, mas quando está certa representa meio caminho andado, ditado este que se aplica tanto a indivíduos como a acções governativas. O sucesso ou insucesso de uma acção governativa depende directamente de ser, ou não, a decisão governativa correcta, com profundos impactos para o desenvolvimento de Macau a longo prazo e para os direitos e interesses dos seus residentes. A relevância da decisão revê-se também no conceito de “Governo transparente e governação científica”, várias vezes invocado pelo Chefe do Executivo. Todavia, algumas das decisões tomadas, ao nível das acções governativas, ainda enfermam de falhas.

Por exemplo, o “vício legal” ocorrido no modelo da concessão dos serviços de transporte colectivo por autocarros, estando ainda a operação das duas outras concessionárias a aguardar a transição para o modelo de concessão de serviços, mas sem mais se falar sobre o destino do património envolvido. A decisão das autoridades resultou em avultados prejuízos para o erário público e causou uma grande confusão na operação da actividade, obrigando o Governo a tomar conta dela.

E mais, as autoridades lançaram em 2010 o projecto sobre a concepção do plano geral de ordenamento das Portas do Cerco, no sentido de criar um eixo viário com instalações comerciais suplementares na porta norte de Macau. Contudo, despenderam somas avultadas para contratar alguém para elaborar o referido projecto, que acabou por ser metido na gaveta. Se bem que tivesse interpelado por várias vezes o Governo sobre esse assunto, as respostas foram sempre evasivas para camuflar a pendência do projecto. Uma das razões não é mais do que esperar que o metro ligeiro esteja operacional quanto antes. Se o traçado que passa pelo posto fronteiriço vingar, então que mais espaços haverá para o desvio do fluxo de pessoas? E estará o Governo ainda em condições de resolver, com determinação, o problema da aglomeração verificada na estação de autocarros e no posto fronteiriço das Portas do Cerco? Está aqui em jogo a vontade de dispor de um novo espaço para criar ilimitadas oportunidades às PME e a de deixar a decisão ao critério de cada um dos serviços públicos competentes. É certo que há toda a necessidade de ter o metro ligeiro a funcionar, mas não é menos verdade que se exige também uma visão mais alargada e prospectiva sobre as necessidades a longo prazo no processo de tomada de decisão, que deve ser feita com base em dados científicos.

No próximo mandato do Governo, o arranque de obras públicas de grande envergadura e o lançamento da planificação urbanística, a constituição do fundo Macau Investimentos e Desenvolvimento e o aperfeiçoamento das indústrias devem carecer sempre de decisão científica. Na minha opinião, uma decisão científica conta com um mecanismo legal, nomeadamente, participação pública, júzo pericial, avaliação dos riscos, avaliação da legalidade, e discussão conjunta, para tomar decisões de maior importância, assim como deve haver um regime de responsabilização.

Quanto a este assunto, o Governo deve acolher as sugestões dos Conselhos Consultivos e ouvir sempre, antes de tomar quaisquer decisões. Além disso, deve o Governo reunir peritos para avaliar os riscos e estes devem também apresentar as vantagens e desvantagens da política a ser tomada, junto da população. Quanto aos assuntos cívicos, as autoridades devem reunir os peritos para esclarecer as dúvidas dos residentes, com vista a reforçar a sua confiança no Governo. O Governo deve ponderar em atribuir ao Comissariado de Auditoria e ao Ministério Público a aferição da legalidade das políticas; em relação às políticas interdepartamentais, o seu responsável deve ser definido previamente, para evitar sobreposições.

Agora, o Governo deve aperfeiçoar, quanto antes, as políticas de maior importância. Em relação a algumas questões existentes, tais como os contratos da prestação de serviços de autocarros, as irregularidades devem ser corrigidas o mais rápido possível. Quanto a algumas questões que envolvem o desenvolvimento sustentável de Macau e que ainda podem ser resolvidas, tais como o ordenamento das Portas do Cerco e a construção da respectiva paragem do metro ligeiro, o Governo deve resolvê-las conforme os trâmites legais.

IAOD do Deputado Kou Hoi In em 05.12.2014

Esta intervenção é apresentada em meu nome e em nome do Deputado Cheang Chi Keong

Nestes últimos anos, graças ao desenvolvimento contínuo do Cotai, recebemos muitos visitantes, o que impulsionou a organização de muitas convenções; a conclusão e ocupação das 12 000 fracções do Edifício do Lago e das habitações públicas de Seac Pai Van resultaram no aumento constante de habitantes nas ilhas; e no futuro próximo, vão ser concluídas diversas infra-estruturas nas ilhas, nomeadamente, o metro ligeiro, o terminal marítimo de passageiros da Taipa, o hospital das ilhas, bem como vários e grandes estabelecimentos de diversões e jogo, portanto, prevê-se que, daqui a alguns anos, o trânsito entre Macau e a Taipa seja muito intenso ou até mesmo caótico.

Existem 3 pontes entre Macau e a Taipa: a Ponte Governador Nobre de Carvalho destinada exclusivamente a autocarros e táxis; a Ponte da Amizade, que está mais próxima das Portas do Cerco e se assume como via preferencial para os veículos pesados, incluindo autocarros de turismo e *shuttle buses* das empresas do jogo, resultando em congestionamentos diários do trânsito; e a Ponte de Sai Van, com uma via destinada exclusivamente aos motociclos, por isso, qualquer acidente origina logo congestionamentos do trânsito.

Para além dos problemas de trânsito nas pontes, existem outros, como o aumento incessante de veículos, que leva à sobrecarga das vias e agrava a luta por espaço entre peões e veículos, e o estacionamento ilegal, que passou a ser frequente. No passado, o congestionamento do trânsito limitava-se às horas de ponta, mas neste momento acontece a toda a hora. A situação do trânsito está cada vez pior, e as filas de autocarros nas principais vias parecem carruagens de um combóio.

O planeamento rodoviário já está desactualizado há muitos anos, e faltam sempre instalações de trânsito quando surgem novas construções, por exemplo, no caminho entre o Hotel Presidente, na Avenida da Amizade, o Hotel Star World e o Hotel Wynn já há muitos anos que se mantêm os separadores de vias em plástico. As várias empresas do jogo abriram os seus hotéis, já há alguns anos, na strip do Cotai, mas só recentemente, é que foram criadas as respectivas instalações de apoio ao trânsito, tais como o túnel da rotunda do Istmo, que só entrou em funcionamento em Novembro deste ano. Portanto, face ao aumento constante do número de residentes, veículos e turistas, o Governo da RAEM tem que apresentar, quanto antes, propostas para resolver os problemas do trânsito e planear novas instalações de apoio, com vista a dar resposta às futuras necessidades decorrentes da entrada em funcionamento da ponte HK-Zhuhai-Macau, do metro ligeiro na Taipa, do terminal marítimo de Pac On e, ainda, da abertura da fronteira da Flor de Lótus durante 24 horas.

O metro ligeiro na Taipa vai contribuir para resolver os problemas do trânsito, mas também vai exigir muitas instalações de apoio. A fim da respectiva adaptação ao metro ligeiro, o Governo tem que divulgar, quanto antes, como vai ser o novo sistema de transportes, incluindo os novos itinerários dos autocarros, a colocação das paragens de táxis, etc., para além de ouvir as opiniões dos residentes que lá vivem e concretizar, gradualmente, a construção das instalações de apoio ao trânsito.

O corredor exclusivo para motociclos na Ponte Sai Van, aberto em Agosto de 2012, mostrou-se eficaz na salvaguarda da segurança dos motociclistas apesar do aumento do número de acidentes envolvendo motociclos naquela ponte. Com a crescente intensidade e complexidade do trânsito entre Macau e a Taipa, a capacidade das três pontes está quase esgotada, portanto, as autoridades devem considerar a construção, quanto antes, de uma quarta ligação, seja ela ponte ou túnel, caso contrário, a plano da rede rodoviária não consegue acompanhar o desenvolvimento urbano, afectando gravemente o quotidiano da população e a economia.

Para aliviar os problemas do trânsito rodoviário, as autoridades devem efectuar, quanto antes, um estudo geral do planeamento urbanístico que inclua a zona dos novos aterros e os transportes para o exterior. Por exemplo, deve abrir-se uma rede rodoviária periférica e planear o aproveitamento das zonas novas para o reordenamento das zonas antigas, reduzindo-se as distâncias. Por outro lado, deve acelerar-se a redefinição de todas as rotas dos autocarros, abrangendo toda a cidade e evitando situações de uma mesma paragem de autocarros para mais de dez rotas de autocarros, e proporcionar um serviço de transporte colectivo com qualidade, com vista à concretização da política de primazia do transporte público.

O sistema de transportes é factor importante para o desenvolvimento de Macau como centro internacional de turismo e lazer, e o Governo deve criar um sistema conveniente de ligação por transporte terrestre, marítimo e aéreo, assim como uma rede rodoviária aperfeiçoada para assegurar tanto a circulação de pessoas como de mercadorias, como o desenvolvimento sustentável de Macau.

IAOD do Deputado Zheng Anting em 05.12.2014

Acelerar na implementação da nova passagem fronteiriça entre Macau e a província de Cantão com vista a beneficiar o desenvolvimento

Exmo. Sr. Presidente,
Caros colegas:

Hoje, o meu tema da intervenção antes da ordem do dia é: acelerar na implementação do novo posto fronteiriço entre Macau e a província de Cantão, com vista a beneficiar o desenvolvimento.

A implementação do novo posto fronteiriço entre Macau e a província de Cantão não só promove uma estreita cooperação entre estas duas regiões, como também é uma necessidade premente para a sociedade, pois alivia a multidão e a pressão quotidiana de Macau, bem como ajuda a aliviar a capacidade de recepção de turistas, sendo isto benéfico para a implementação da estratégia do Centro Mundial de Turismo e Lazer. Mais, os residentes esperam que a implementação do referido novo posto fronteiriço possa disponibilizar-lhes novos métodos de passagem de fronteira, nomeadamente, “uma só passagem de fronteira e inspecção para as duas regiões” e fronteira aberta 24 horas por dia, tendo como objectivo resolver definitivamente os problemas existentes na referida passagem. Pelo exposto, é de extrema importância o referido novo posto fronteiriço e este irá acarretar benefícios socioeconómicos.

A pretexto do ponto de situação do projecto do novo acesso entre Guangdong-Macau, apresentei, em 25 de Novembro, uma interpelação oral no plenário da AL, e o Coordenador substituto do Gabinete para o Desenvolvimento de Infra-estruturas, Chow Wai Man, respondeu que este projecto, nomeadamente quanto ao local e políticas alfandegárias, foi autorizado e apoiado pelo Governo Central. No plano preliminar, prevê-se que o fluxo de pessoas neste acesso se situe entre as 200 mil e as 250 mil, o que vai aliviar a pressão do posto fronteiriço de Gongbei. Os Serviços competentes de Guangdong e Macau estão a proceder a um estudo profundo quanto à adopção de um novo modelo de passagem alfandegária. Sendo este acesso um projecto integrado, para além de ser posto fronteiriço, há ainda a ponderar as outras finalidades da zona envolvente, tais como: centro de transportes públicos, instalações destinadas a comércio, convenções e exposições, e a serviços sociais, parque de estacionamento, estação do Metro Ligeiro, habitações públicas, hotéis de categoria económica, entre outros, assim como pensar em acabar com a poluição do Canal dos Patos.

A resposta dada pelas autoridades, no mês anterior, colheu o público de surpresa, pelo que se espera que o novo Governo eleve o grau de transparência e publicite atempadamente as correspondentes informações, designadamente as relativas aos padrões urbanísticos, à concepção dos eixos viários, à habitação pública e às respectivas instalações de serviços complementares. Além disso, por

serem muitas as expectativas que os residentes depositam na nova equipa de governantes, e sendo o novo acesso entre Guangdong e Macau crucial para o desenvolvimento socioeconómico e para a vida dos residentes, exorto a uma maior dedicação e empenho dos novos governantes na implementação desse projecto para, em articulação com o Governo Central e através de estudos pragmáticos, ponderar sobre a viabilidade do modelo de “inspecção conjunta numa mesma localidade” e da política de “abertura dos postos fronteiriços durante 24 horas”, tudo isto, para responder às necessidades exigidas pelo desenvolvimento. O orçamento global e o prazo de execução devem estar ainda sujeitos a um rigoroso controlo, para evitar o aumento exponencial dos custos e atrasos significativos nas obras.

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 05.12.2014

O Chefe do Executivo divulgou, finalmente, o nome dos titulares dos principais cargos do próximo Governo. Trata-se de uma nova equipa relativamente jovem, com elevadas habilitações académicas e muita experiência, portanto, a sociedade espera novos pensamentos, novas ideias e espírito inovador na governação, com vista a construir uma boa imagem do Governo, a dar resposta às solicitações da sociedade e a servir melhor os residentes.

Após o Retorno, Macau passou por 15 anos de rápido desenvolvimento, neste momento tem uma economia galopante, não tem problemas de segurança, e os benefícios sociais melhoraram, o que demonstra que os últimos 3 governos se empenharam e se esforçaram. Contudo, a sociedade tem passado por várias mudanças que a afectaram, por exemplo, faltam recursos de terras e humanos, existem muitos conflitos que o Governo não conseguiu resolver de forma atempada e apropriada e que, por isso, se avolumaram, portanto, os residentes estão insatisfeitos com as políticas, o que também acabou por afectar a credibilidade do Governo.

Macau está a passar por oportunidades e desafios que tanto podem ser um sucesso como gerar muitos outros problemas, por isso, a sociedade deposita muita esperança no novo Governo, nas suas capacidade e vitalidade para promover o desenvolvimento de Macau. É sabido que o desenvolvimento acarreta novos problemas, e novo Governo vai ter de enfrentar muitos, tais como a habitação, o trânsito, a saúde, os recursos humanos, e os preços dos produtos, entre outros. No entanto, vai ter de encontrar, quanto antes, soluções para várias situações, tais como as receitas do nosso sector dominante, o jogo, que têm diminuído consecutivamente, os fracos resultados da diversificação da economia, o impacto económico da abertura das fronteiras durante 24 horas, o aceleração da reforma jurídica, a concretização da reforma administrativa, o aumento da eficácia administrativa, a optimização da equipa de funcionários públicos, a concretização do regime de responsabilização dos dirigentes, o aperfeiçoamento dos mecanismos de comunicação entre o Governo e a população, etc..

O Chefe do Executivo, com a experiência obtida nos passados 15 anos, vai ter de liderar os novos titulares na concretização do programa político eleitoral intitulado “futuro com aspirações comuns e partilha da prosperidade”, no sentido de aproveitarem bem as oportunidades criadas pelos seus antecessores. Devem continuar a auscultar a opinião pública, para encontrarem soluções eficazes para os diversos problemas sociais, mostrando assim a vitalidade do Governo e dando esperança à população quanto à resolução dos problemas. Acredito que só assim é que as políticas para os próximos cinco anos podem ser implementadas sem sobressaltos, e se poderá salvaguardar a estabilidade e a prosperidade de Macau.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 05.12.2014

A consulta pública sobre o Regime de Previdência Central não Obrigatório terminou em meados de Junho. O Presidente do Conselho de Administração do Fundo de Segurança Social, Ip Peng Kin, afirmou que a elaboração da proposta final ia avançar depois da arrumação das opiniões recolhidas e de ouvido o Conselho Permanente de Concertação Social, que esperava poder vê-la finalizada em finais deste ano ou no princípio do próximo ano, para poder ser implementada ainda durante o próximo ano. Mas 2014 está prestes a chegar ao fim, e como não sabemos nada de concreto quanto ao ponto de situação dos trabalhos, venho mais uma vez apelar à Administração que cumpra os prazos e que fixe um calendário para o Regime de Previdência Central, a fim de evitar mais atrasos. Com vista a oferecer melhores garantias de vida na aposentação, o regime deve ser pensado de forma a garantir investimentos rentáveis, no sentido de evitar que os depósitos ou rendimentos desvalorizem com a inflação.

De acordo com o texto de consulta do Regime de Previdência Central não Obrigatório, a intenção do FSM é manter a natureza do regime idêntica à dos planos privados de pensões, para que ambas as partes, patronal e laboral, possam optar pela aquisição dos produtos autorizados pela Autoridade Monetária de Macau. Nos últimos anos, a taxa de inflação tem-se mantido nos 6%, mas segundo a AMCM, de entre os 51 fundos de pensões autorizados (com excepção de 14 fundos instituídos há poucos anos e outros em relação aos quais não foram facultados dados), apenas 9 registaram uma taxa de rentabilidade anual superior a 6%, os restantes 13 registaram taxas inferiores a 2,5% e 3 registaram taxas negativas.

A entidade gestora dos referidos fundos oferece algumas opções aos contribuintes. Em Singapura e em Hong Kong, muitos trabalhadores preferem investimentos mais conservadores, portanto, não dispõem de muitas alternativas de investimento. Se o nosso Regime de Previdência Central funcionar livremente e depender apenas do mercado, não será benéfico para os contribuintes. O Governo deve criar ou exigir às empresas gestoras de fundos que criem produtos com garantias de retorno, com vista ao aumento do leque de opções dos contribuintes.

Em Singapura, os depósitos de dinheiro no regime de previdência têm gerado rendimentos de, pelo menos, 2,5%, e em alguns casos específicos podem atingir 4% ou mais. Em meados deste ano, realizou-se em Hong Kong uma auscultação sobre o “core fund”, uma vez que o governo pretende fixar uma taxa de cobrança até 1%, no sentido de permitir que a maior parte dos contribuintes se transfira para aquele fundo, com vista a reduzir os custos de gestão e aumentar o rendimento. Se tudo correr bem, o “core fund” vai ser legalmente regulamentado e entrar em funcionamento em 2016.

A rentabilidade depende de três elementos: o capital, o tempo, e a taxa de

retorno. O Regime de Previdência Central está ainda a dar os primeiros passos e, segundo a proposta do Governo, tanto o empregador como o trabalhador contribuem, na totalidade, com 10 % do respectivo salário mensal. Tendo em atenção as limitações em termos de capital e de tempo, é de todo necessário que o regime ofereça algumas opções que garantam algum retorno, nomeadamente aos participantes de meia idade mais fortes que conseguem chegar à reforma.

De qualquer modo, estou em crer que mesmo que o Regime de Previdência Central, enquanto um dos cinco pilares da rede de previdência social, gere retornos, apenas consegue satisfazer o básico, portanto, há que contar com outros regimes para se conseguirem melhores garantias de vida na aposentação. Assim, para suprir as insuficiências do 2.º nível do Regime de Previdência Central, o Governo deve reforçar o investimento no 1.º nível, com vista a que os residentes possam continuar a contar com uma garantia básica, ou seja, com a pensão.

IAOD da Deputada Kwan Tsui Hang em 05.12.2014

Há dias, foram anunciados os novos titulares dos principais cargos e o novo Procurador do 4.º mandato do Governo da RAEM. Os diversos sectores da sociedade estarão atentos, para ver se a renovação do Governo consegue trazer uma nova vitalidade e um novo rumo, com o sentido de partilhar as preocupações dos cidadãos e perceber as suas exigências.

Desde o Retorno à Pátria, há 15 anos, o sector do jogo tem-se desenvolvido num ritmo rápido e foram registados óptimos resultados no crescimento económico, o que, para além de ter trazido receitas abundantes para o erário público, tem também trazido oportunidades comerciais para os sectores periféricos. Porém, ao mesmo tempo, isto originou problemas como os preços elevados do imobiliário e dos produtos, a alta inflação, a distribuição desequilibrada dos recursos, um fosso cada vez maior entre ricos e pobres, e dificuldades na compra de habitação, ao nível do trânsito e na assistência médica, o que tem acumulado o descontentamento da população.

Perante a diminuição, por seis meses consecutivos, das receitas do sector do jogo, a economia de Macau e a sociedade estão num período decisivo de reconversão. O novo Governo deve adoptar medidas eficazes para responder às diversas expectativas da população e à reconversão económica!

Espero que, nos futuros cinco anos, o novo Governo possa concretizar, seriamente, o princípio de melhor servir a população e, no que respeita à tomada de políticas, auscultar mais a opinião pública, para partilhar verdadeiramente das preocupações dos cidadãos e perceber as suas exigências, devendo em especial adoptar novas medidas para resolver os problemas de capacidade de recepção da cidade, de habitação e trânsito, causados pelo rápido desenvolvimento do sector do jogo.

Face à baixa eficiência administrativa e ao problema de os serviços públicos se limitarem a dar importância ao que é da sua competência, espero que o novo Governo possa reforçar a coordenação e cooperação interserviços e intersecretarias, criar uma equipa de trabalho competente e concretizar, em conjunto, os objectivos de governação e a cooperação interserviços sem barreiras, com vista a elevar a eficiência administrativa e a execução das políticas, e pôr fim aos problemas de falta de comunicação e coordenação entre os serviços públicos.

Por último, o Governo deve criar, quanto antes, o regime de responsabilização de dirigentes, definir um mecanismo de responsabilização por hierarquia e criar regimes de responsabilização adequada para os secretários, directores, chefes de departamento e chefes de divisão, bem como para todos os funcionários públicos. Deve criar, ainda, regimes de promoção e nomeação mais transparentes, a fim de resolver as culturas de “compadrio”, “nepotismo”, “aguardar instruções” e “não

actuação”, existentes na Função Pública, permitindo que os funcionários públicos das diversas categorias sirvam melhor a população.

IAOD do Deputado Ng Kuok Cheong em 05.12.2014

Finalmente, o Governo publicou o relatório actuarial sobre o “estudo do regime da pensão para idosos antecipada”, no qual afirma, unilateralmente, o seguinte: “...com base em pressupostos actuariais mais racionais, ou seja, as percentagens da pensão antecipada são calculadas conforme o futuro aumento da pensão para idosos, o valor do dinheiro no tempo e a probabilidade de sobrevivência. Em caso de 60 anos de idade, a percentagem deve ser de 72%, sendo inferior às 75% do regime actual”. Mas nada se diz sobre o montante que esses idosos perderam devido ao ajustamento do valor da pensão, deixando desapontados os idosos que estão atentos ao assunto.

Na verdade, não é difícil fazer os cálculos sobre as perdas sofridas pelos idosos que optaram pela antecipação da pensão, devido aos respectivos ajustamentos. Após a implementação desse regime de antecipação, o valor da pensão para idosos sofreu vários ajustamentos: em Janeiro de 2008, aumentou de 1.450 para 1.700 patacas; em Abril de 2011, de 1.700 para 2.000 patacas; em Janeiro de 2013, de 2.000 para 3.000 patacas, e em Janeiro de 2014, de 3.000 para 3.180 patacas. Segundo a fórmula de cálculo do Governo, um idoso que tenha completado os 60 anos em Janeiro de 2009 e tenha começado de receber a pensão, nos primeiros cinco anos, ou seja, até 2014, deveria receber um total de 92.925 patacas.

1.700 x 27 meses x 75% = 34.425 patacas
2.000 x 21 meses x 75% = 31.500 patacas
3.000 x 27 meses x 75% = 27.000 patacas
Total: 92.925 patacas

Esse mesmo idoso, nos próximos 15 anos, ou seja num total de 180 meses a partir de Janeiro de 2014, poderá sofrer um desconto mensal de 25% do valor da pensão. Com base nas 3.180 patacas, que é o actual valor da pensão, nos próximos 15 anos poderá sofrer, em 180 meses, uma perda de 143.100 patacas. Ora, a diferença entre 143.100 e 92.925 é igual a 50.175 patacas. Portanto, nos próximos dez ou mais anos, sempre que o valor da pensão para idosos for ajustado, maiores serão as perdas.

São cerca de 40 000 os idosos que pediram a antecipação da sua pensão, por terem acreditado nas campanhas promovidas pelo Governo, e após as actualizações da mesma, já sofreram prejuízos efectivos superiores a 50 000 patacas. O referido estudo actuarial não faz qualquer referência ao valor do prejuízo decorrente das actualizações da pensão para idosos, portanto, o Governo está a fugir ao problema. O Governo concorda com isto?

Segundo o referido estudo actuarial, o valor da pensão para idosos tem registado um aumento anual de 3,5%, portanto, os que acreditaram no Governo e optaram pela antecipação não estão a receber o que deviam, não é verdade?

Entre Janeiro de 2008 e o final deste ano o aumento anual registado foi de 3,5%, e tomando como base de cálculo os juros compostos, o ajustamento ascende a 18,77% mas, objectivamente, é de 87,06%!

O Governo alegou, aquando da respectiva apresentação, que o relatório actuarial sobre o “estudo do regime da pensão para idosos antecipada” podia ser tomado como referência para discussão, e afirmou que ia continuar a ouvir as opiniões do público. Assim sendo, deve avançar com a realização de sessões para uma ampla recolha das opiniões da população, ouvindo, nomeadamente, os referidos 40 000 idosos que foram efectivamente afectados, bem como deve proceder aos necessários ajustamentos, com vista a evitar que continuem a ter de suportar prejuízos, sempre que a respectiva pensão seja alvo de ajustamento.

IAOD do Deputado Au Kam San em 05.12.2014

Aos 15 anos do estabelecimento da RAEM, estão bem à mostra as aberrações decorrentes da falta de fiscalização e controlo sobre as finanças públicas. A arbitrariedade, ou até mesmo os abusos, nas despesas públicas, as derrapagens exageradas em obras públicas, o empolamento vicioso dos serviços públicos e as conseqüentes confusões e sobreposições de funções e o empurrar de responsabilidades, tudo isto é fruto do afastamento da Assembleia Legislativa da respectiva fiscalização. A AL, enquanto órgão com atribuições conferidas pela Lei Básica para fiscalizar as despesas públicas, não é agora capaz de exercer eficazmente essa fiscalização, por falta dum regime aperfeiçoado.

Há dois dias, a ex-Presidente da AL, Eng.^a Susana Chou, referiu o seguinte: passados 15 anos após o retorno de Macau à Pátria, não existe ainda uma lei de enquadramento orçamental que se adequa à Lei Básica. Sob o predomínio do poder executivo, nem a AL nem os Deputados conseguem fiscalizar as finanças do Governo. Confessou que, durante os dez anos do seu mandato como Presidente da AL, se sentiu muito impotente perante a situação.

O Vice-Secretário-Geral do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional, Li Fei, respondeu que, enquanto Governo que defende o primado da lei, deve auto sujeitar-se à regulamentação em matéria financeira. A AL, para exercer a sua fiscalização nos termos da lei, precisa então de ter essa lei quanto antes. Entende que Macau reúne condições para a AL fiscalizar, nos termos da lei, as receitas e despesas do Governo. Isto, nas palavras do mandarim de Pequim, parece fácil, mas estamos nesse caminho há já 15 anos, durante os quais não temos parado de apelar para legislar, no sentido de as despesas públicas serem efectivamente fiscalizadas pela AL. No entanto, até à data, nem sequer as despesas de valor mais elevado são apreciadas por este órgão, já para não falar da apreciação e autorização das dotações financeiras. Condicionada pelo artigo 75.º da Lei Básica, a AL não pode apresentar, por si própria, uma lei que regule o funcionamento das finanças públicas. Se Governo insistir em não apresentar a respectiva proposta de lei, a AL nada pode fazer. Julgo que é esta a razão por que a Eng.^a Susana Chou continua com isto preso no coração, mesmo tendo deixado o cargo da AL há já vários anos.

Em Macau predomina o poder Executivo. Mas, por causa disto, não se vai deixar a AL restringir as despesas das finanças públicas ou efectuar-lhes uma fiscalização eficaz? Parece que não tem de ser necessariamente assim. O sistema político da RAEHK assenta também no princípio “um país, dois sistemas” e na prevalência do poder Executivo, mas as despesas públicas que excedem um determinado montante carecem de dotações a autorizar pela comissão de financiamento da LEGCO. Assim, quando o Governo necessita de utilizar erário público, e por forma a conseguir obter autorização de dotações pela LEGCO,

actua então naturalmente, com cautela e de forma minuciosa, e apresenta necessariamente fundamentos suficientes para convencer a LEGCO a autorizá-las. Pode assim constatar-se que a prevalência do poder Executivo não vai de modo algum constituir um obstáculo que restringe a utilização do erário público pelo poder Executivo.

Susana Chow: “A intensidade do controlo exercido por meio da fiscalização legislativa evolui à razão directa do nível de prevalência do poder Executivo, sendo mais intensa esta supervisão quanto maior for esta predominância do poder administrante.”

Dizem que a Lei Básica de Macau é diferente da Lei Básica de Hong Kong, visto que não existe a alínea 3) do artigo 73.º da Lei Básica de Hong Kong, ou seja, a norma para “autorizar as receitas fiscais e as despesas públicas” e, assim, a AL deixa de ter o poder de autorizar as despesas das finanças públicas. Isto quererá dizer que a AL de Macau deve ficar de mãos e pés atados, permitindo o desperdício de dinheiro e o excesso de despesas? Não, não se deve interpretar a lei assim. A Sra. Eng.^a Susana Chow apontou expressamente, no seu balanço do decénio da actividade da Assembleia Legislativa, que “A prevalência institucional do poder Executivo (...) não deve ser entendida como sinónimo de dominância exclusiva, nem sequer de absolutismo do poder Executivo. Pelo contrário, a intensidade do controlo exercido por meio da fiscalização legislativa evolui à razão directa do nível de prevalência do poder Executivo, sendo mais intensa esta supervisão quanto maior for esta predominância do poder administrante, sob pena de tal conduzir necessariamente ao aparecimento de desequilíbrios e desregramentos no exercício do poder”. Esta afirmação indica que a aplicação da prevalência do poder executivo não é como alguns pensam: que o poder supremo é o poder executivo e não está sujeito a restrições. Pelo contrário, o direito e a responsabilidade equilibram-se, ou seja, quando a autoridade administrativa usufrui do poder de predominância por aplicação da prevalência do poder executivo, então, a fiscalização e as restrições a que se sujeita aumentam. Logo, há toda a necessidade de reforçar a fiscalização do poder legislativo sobre o poder executivo, para evitar o desequilíbrio que dá origem a um “executivo autoritário”. Trata-se, pois, de um ponto de vista claro. A Sra. Eng.^a Chow apontou ainda no seu balanço que, “A Assembleia Legislativa detém já por si o poder para autorizar a proposta orçamental, o qual abrange a plena competência para aferir da necessidade e dos motivos do reforço de verbas durante a aprovação de cada rubrica das despesas orçamentadas. De referir, porém, que, por força das facilidades decorrentes do actual regime em matéria orçamental, no sentido de permitir ao Executivo o reajustamento e o reforço de verbas nas rubricas das despesas, tal veio resultar numa acentuada disparidade e desvirtuação da competência cometida à AL para a autorização e fiscalização das finanças públicas, em contraposição ao espaço de manobra atribuído ao Governo na execução orçamental. Daí que se revele imperiosa uma legislação orçamental consentânea com as exigências da Lei Básica, que permita sanar as deficiências

do regime actualmente vigente, reforçando o papel de autorização e supervisão desempenhado pela Assembleia Legislativa nesta matéria”. Trata-se, pois, de conselhos valiosos e preciosos. No entanto, é lamentável que o Governo esteja de ouvidos tapados.

É claro que também precisamos de atender às diferenças entre a Lei Básica de Hong Kong e a de Macau. Embora na nossa não esteja prevista a competência de a AL aprovar as despesas públicas do Governo, determina que a AL pode reunir para debater questões de interesse público, ora, as despesas avultadas envolvem, certamente, o interesse público. Por isso, continuamos a defender que um projecto com montante superior a 40 milhões (ou que ultrapasse o custo orçamentado) deve ser entregue à AL para ser avaliado. Mediante este mecanismo, a Administração tem que apresentar dados suficientes à AL, antes de usar verbas avultadas, com vista a assegurar o direito à informação dos residentes e a recolher as suas opiniões. Se assim for, os dirigentes vão usar as verbas públicas com maior prudência, reduzindo assim as oportunidades de fraudes e conluio.

A revisão da Lei de Enquadramento Orçamental pode reforçar o controlo das despesas públicas por parte da AL, prevendo que as situações, tanto de montantes consideravelmente elevados como de ultrapassagem do custo orçamentado, sejam submetidas a discussão e avaliação da AL. Os residentes estão de acordo com tudo isto, e o Governo da RAEM não deve continuar a fugir do assunto. Se até os dirigentes de Pequim acham que Macau já está em condições de deixar que a AL fiscalize as despesas públicas, então, terá o Governo ainda mais desculpas para não fazer isto?

IAOD do Deputado Mak Soi Kun em 05.12.2014

Na palestra sobre “*A Lei Básica e o Desenvolvimento da RAEM*”, a que assisti há dias, afirmou Li Fei, presidente da Comissão da Lei Básica de Macau do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional que “*A formação de quadros locais passa pela educação e esses quadros, com as devidas qualificações profissionais, devem corresponder às necessidades decorrentes do princípio ‘um país, dois sistemas’.* Por isso, a par do reforço da educação, a nível da vertente da qualidade científico-cultural, nos jovens, há que intensificar ainda a educação nas vertentes de ‘amor à Pátria e amor a Macau’ e ‘consciência do sistema jurídico’. Para a primeira vertente, é necessário, através da cidadania, elevar os conhecimentos dos jovens sobre o nosso país, os nossos povos e o nosso percurso histórico, de forma a aprofundar a sua consciência sobre o Estado. A par disto, há que deixar os jovens compreenderem a história sobre o Retorno e conhecerem o rumo de desenvolvimento e a missão de Macau, pois só assim é que os jovens podem transmitir de forma honrada, aos seus descendentes, a tradição de amor à Pátria e amor a Macau, bem como estar conscientes das suas assumpções e do seu espírito de entrega para o desenvolvimento do País e de Macau. É assim que pode haver em Macau alguém com capacidade para dar continuidade ao princípio ‘um país, dois sistemas’. Para a segunda vertente, é necessário, por serem os jovens os pilares do nosso futuro, promover junto deles a cultura de um ideal científico e de um espírito de “pés bem assentes”, elevando a sua consciência sobre o sistema jurídico, o cumprimento das leis e o espírito de racionalidade. Só assim é que os jovens de Macau podem desenvolver-se sem sobressaltos, a tradição por excelência de Macau pode ser transmitida e pode haver paz e ordem”. Com o princípio “um país, dois sistemas” e com o regime de garantias da Lei Básica, e com a atenção do Governo Central e o enérgico apoio da China Continental, conjugados com os esforços envidados pelos diversos sectores sociais, sob a liderança do Chefe do Executivo, estamos conscientes de que Macau vai ter um melhor futuro e que o princípio “um país, dois sistemas” vai ganhar fôlego para atingir patamares muito mais elevados.

O “amor à Pátria e a Macau” é um tema muito importante e eu apresentei uma interpelação escrita, no dia 8 de Outubro de 2014, sobre a educação patriótica para os residentes, com o seguinte conteúdo:

1. Os residentes gostariam de questionar a Administração sobre o seguinte: celebra-se este ano o 120.º aniversário da Primeira Guerra Sino-Japonesa (Guerra ‘Jiawu’), o 65.º aniversário da implantação da República Popular da China e o 15.º aniversário do Retorno de Macau à Pátria e, como são muitos os problemas sociais decorrentes do crescimento exponencial da economia, é altura de se fazer um levantamento e um balanço sobre a actual situação da educação patriótica na vertente do amor à Pátria e da divulgação da Lei Básica. O Governo vai fazê-lo? São frequentes, nos média, as referências ao “amor à Pátria e a Macau”, mas será que os residentes de Macau se apercebem dos esforços do Governo na promoção de acções de educação patriótica sobre o amor à Pátria e

sobre a divulgação da Lei Básica, uma vez que muitas pessoas (incluindo alguns dirigentes) não conhecem bem esta lei? Será por falta de empenho na promoção e divulgação ou por não se utilizarem os métodos mais adequados?

2. Macau já regressou à Pátria há quinze anos, mas a mentalidade de muitos residentes mantém-se igual à da época pré-retorno. Assim, de hoje em diante, Macau deve assumir como objectivo de ensino o amor à Pátria e a Macau, e criar ainda espaço e ambiente para a formação de uma geração de jovens com amor à Pátria e a Macau. O que é que o Governo pensa sobre isto?

Mais, gostaria de referir que recebi no dia 21 de Novembro de 2014 a resposta dos serviços competentes à referida interpelação escrita e já a li.

O que foi lamentável é que a resposta que recebi foi dada pelo Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, e não pela entidade responsável pela educação, ou seja, os Serviços de Educação, ou por outras entidades da área educativa. Mais, a Administração não deu uma resposta atendendo ao núcleo das questões apresentadas, que foram: 15 anos após o retorno à Pátria, têm ou não os nossos residentes maiores conhecimentos sobre a educação cívica na vertente do amor à Pátria? Macau já regressou à Pátria há 15 anos, mas, segundo alguns peritos e académicos, a mentalidade de muitos residentes ainda não “regressou” totalmente, por isso, deve o Governo criar um ambiente para a formação de uma geração de jovens com amor à Pátria e a Macau! Só que o IACM apenas falou dos trabalhos desenvolvidos, e que nada têm a ver com as minhas questões. Isto só demonstrou que o Governo não deu mesmo importância ao reforço à educação cívica na vertente do amor à Pátria e a Macau.

Pelo exposto, o novo Governo tem que reforçar a educação cívica na vertente do amor à Pátria e a Macau. Ademais, segundo alguns peritos e académicos, a conduta e o comportamento de uma pessoa são influenciados pelo ambiente que o rodeia, por isso, para reforçar a qualidade da educação cívica na vertente do amor à Pátria e a Macau, é indispensável criar um ambiente com condições que permitam a implementação desse tipo de educação cívica, por isso, tanto a formação de docentes como os manuais de ensino têm que ser actualizados e uniformizados. Creio que isto é também uma tarefa importante para o novo Governo. Por último, sugiro à Administração que eleve a eficácia administrativa e melhore a qualidade das respostas dadas às interpelações, pois só assim é que consegue concretizar a governação científica, bem como resolver os problemas da população.

Aumentar a qualidade dos serviços e impulsionar a construção de um centro e de uma plataforma

De acordo com os dados divulgados pela Direcção dos Serviços de Estatística e Censos, o PIB do 3.º trimestre de Macau sofreu uma redução de 2,1% e a taxa de crescimento económico contraiu até aos 6%. Nos primeiros 2 trimestres deste ano, as taxas do crescimento económico atingiram 12,4% e 8,1%, respectivamente. Em 3 trimestres registou-se um consecutivo abrandamento do crescimento económico e as receitas do sector do jogo, que é um sector predominante em Macau, também diminuíram. A economia de Macau entrou já numa fase de ajustamento, devido à política adoptada no Interior da China, a estrutura das receitas do jogo alterou-se, com excepção das áreas comuns dos casinos, onde se registaram receitas estáveis, as receitas das salas VIP diminuíram, portanto, deixaram de representar, tal como no passado, 70% das receitas do jogo. Entretanto, os diversos ramos da indústria podem, depois dum longo período de desenvolvimento acelerado, aproveitar a oportunidade para abrandar o passo e reavaliar o mercado, no sentido de proceder aos ajustamentos adequados. Face à eventual tendência de descida das receitas do jogo, o Governo deve ponderar ajustar as despesas e considerar o impacto dessa descida para o seu cofre. Numa conjuntura em que predomina o sector do jogo, o Governo deve dar importância ao desenvolvimento diversificado dos projectos não relacionados com o jogo e turismo, no sentido de impulsionar o desenvolvimento diversificado da economia.

Nestes últimos anos, o reforço da organização dos eventos turísticos não relacionados com o jogo tem conseguido resultados satisfatórios, por exemplo, o grande prémio, a feira da gastronomia, o concurso internacional de fogo de artifício, o “desfile por Macau, cidade latina, etc., que atraíram muitos turistas dos países e regiões circundantes. A fim da respectiva coadunação com o desenvolvimento da economia, o Governo da RAEM anunciou o objectivo de “criar um centro e uma plataforma” e de reforçar a competitividade de Macau ao nível do *hardware* e *software*, no sentido de promover o desenvolvimento positivo da economia e do turismo. O Governo da RAEM deve continuar a desenvolver o turismo integrado com características locais, incluindo eventos culturais e de lazer, negócios, comércio a retalho, hotelaria, eventos internacionais, conferências e gastronomia, etc., pois só assim é que a cidade de Macau pode ser mais atractiva e criar a sua identidade ao nível do turismo regional e internacional.

Actualmente, exige-se cada vez mais qualidade, no consumo e no turismo, portanto, a mera visita aos locais de interesse turístico já não satisfazem, não se aceita falta de qualidade, e apreciam-se artigos mais diversificados e com qualidade. Entretanto, como as pessoas já estão habituadas a consumir e a viajar, sabem exigir qualidade e consumir com cautela. O consumo já sofreu mudanças. Portanto, para além de melhorar os elementos turísticos, precisamos de saber

como se consegue atrair os turistas a voltarem a Macau, pois para além da oferta turística, a impressão com que os turistas ficam reveste-se da maior importância. Macau dispõe de recursos turísticos próprios e o Governo também se tem esforçado por desenvolver infraestruturas e promover actividades culturais, e são essas as nossas vantagens. Contudo, nos últimos anos, tenho ouvido dizer que os turistas já não ficam satisfeitos como antigamente, portanto, há que saber porquê e que melhorar a qualidade dos serviços, procurando perceber quais são as suas reais necessidades. Temos de tomar sempre a iniciativa de servir os turistas de modo a satisfazê-los, pois só assim é que será possível atraí-los e fidelizá-los, ao mesmo tempo que se melhora a imagem de Macau enquanto cidade turística.

As empresas devem introduzir tecnologias e aumentar o nível da sua gestão, aperfeiçoar os serviços e, com base na melhoria do ambiente de mercado, da credibilidade e da qualidade dos serviços, otimizar os seus serviços e produtos, criando marcas, por forma a conseguirem ter capacidade para atrair e fidelizar os clientes.

As empresas devem auto-avaliar-se e envidarem esforços para elevar a capacidade concorrencial dos seus talentos e dos seus serviços, aumentar a consciência da necessidade de serem mais proactivas na prestação de serviços e adoptar formas mais flexíveis. O sector em causa deve realizar workshops para os seus operadores aumentarem os seus conhecimentos e as técnicas de comunicação com os clientes, no sentido de evitar conflitos e de fazer com que os clientes se sintam “bem-vindos”.

A sociedade não deve olhar apenas para os lucros, neste momento algumas empresas só perseguem o lucro puro e não ponderam os clientes, entendem que o processo termina com a venda, por isso, o serviço pós-venda é insuficiente, o que tem originado o descontentamento de muitos clientes. E para além desse descontentamento, ainda se afecta gravemente a imagem de Macau enquanto cidade turística.

O turismo de Macau tem de enfrentar determinados desafios, por exemplo, a alta qualidade do turismo no Japão, os preços relativamente em conta na Tailândia, e o caso da Europa, que mesmo estando afastada, consegue atrair os residentes da China com mais poder económico. Estabelecendo a comparação das características, hardware e software entre as diversas cidades turísticas famosas e Macau, verifica-se que temos de aproveitar as nossas vantagens, aperfeiçoar as instalações básicas, reforçar as marcas turísticas, desenvolver mais eventos internacionais e elevar o nível dos serviços prestados pelas empresas e lojas. Só assim é que será possível promover o desenvolvimento turístico e económico de Macau, transformando-a num verdadeiro “Centro Mundial de Turismo e de Lazer” a nível internacional.

IAOD do Deputado Lau Veng Seng em 04.12.2014

Na sequência do desenvolvimento socioeconómico destes últimos anos, com o processo de transformação de Macau em Centro Mundial de Turismo e de Lazer e com a cooperação regional e a respectiva interacção entre as partes a aumentar, são muitos os residentes, turistas e até TNR a morar em Zhuhai, entrando e saindo diariamente de Macau, o que só agrava a pressão na passagem das fronteiras. Segundo os dados estatísticos, o número de passagens tem aumentado anualmente nos diversos postos fronteiriços, nas Portas do Cerco ultrapassam as 300 mil por dia, o que causa grande pressão não só nas fronteiras mas também no trânsito e na habitação, entre outras vertentes.

Há dias, o Governo da RAEM divulgou, finalmente, o prolongamento do horário dos três postos fronteiriços - Portas do Cerco, Ponte Flor de Lótus e Parque Industrial Transfronteiriço (ilha Verde). Isto pode melhorar a actual situação de superlotação, nomeadamente nas Portas do Cerco, criando-se assim algum efeito de triagem. Também poderá aliviar as fortes necessidades de habitação, especialmente no caso dos TNR, bem como diminuir a sobrecarga dos transportes públicos. Se a tudo isto se juntar o horário de trabalho flexível dos TNR, a pressão do trânsito pode diminuir e até aumentar a capacidade de recepção de Macau.

Porém, atendendo à actual situação de sobrecarga do trânsito em Macau, podemos prever que depois da conclusão dos grandes projectos do jogo no segundo semestre do próximo ano, a Taipa vai enfrentar fortes desafios ao nível do trânsito. Por isso, as autoridades devem disponibilizar instalações complementares e serviços com vista à respectiva coadunação com o novo horário das fronteiras, e também infra estruturas destinadas aos peões.

Com a abertura do posto fronteiriço da Ponte Flôr de Lótus, com o metro ligeiro, cuja construção decorre na Taipa, e ainda com a conclusão dos grande projectos dos casinos no segundo semestre do próximo ano, espero que as autoridades tomem medidas para melhorar o *software* e o *hardware* naquele posto fronteiriço, com vista a responder às maiores exigências da capacidade acolhimento de visitantes. Devem ser também realizados, quanto antes, planos prospectivos para a zona da Taipa, separando o tráfego rodoviário da circulação dos peões durante este período transitório do metro ligeiro até à sua entrada em funcionamento, de forma a evitar a disputa das vias entre peões e automobilistas nas novas zonas urbanas que estão a ser desenvolvidas. A rede de transportes deve ser melhorada, e devem ser acelerados os projectos de construção que contribuam para o desenvolvimento sustentável das ilhas, como por exemplo, o passeio ajardinado sobre-elevado e outros equipamentos para a circulação pedonal. Por outro lado, para reforçar a cooperação entre Macau e Guangdong no âmbito das infra-estruturas de transporte rodoviário, é necessário acelerar a integração das redes viárias através da conexão do metro ligeiro de Macau com a linha ferroviária Zhuhai-Cantão na ilha da Montanha, o que irá trazer um número

ainda maior de visitantes que vão entrar em Macau por aquele posto fronteiriço. Como o trajecto do metro ligeiro na península de Macau ainda não está definido, proponho ao Governo um estudo sobre o funcionamento faseado do metro ligeiro da Taipa, abrindo primeiro as estações junto aos casinos no COTAI e as respectivas ligações ao aeroporto e terminal marítimo para desviar o tráfego que será depois mais intenso naquelas zonas. Através a melhoria da rede rodoviária na zona urbana da Taipa, espero que o posto fronteiriço da Ponte Flor de Lótus consiga desviar maior número de pessoas, e que mais visitantes e trabalhadores não residentes entrem em Macau através da Taipa, reduzindo deste modo a pressão que se verifica nas Portas do Cerco e na cidade de Macau, minimizando também as perturbações para os residentes.

IAOD dos Deputados Leong Veng Chai e José Maria Pereira Coutinho em 05.12.2014

Esta intervenção é apresentada em meu nome e em nome do Deputado Pereira Coutinho.

O Governo da RAEM afirmou que, em Janeiro do próximo ano, o valor do índice mínimo de subsistência vai aumentar para 3.920 patacas. Mas para além desta notícia, mais nada foi dito sobre o ajustamento de outros subsídios do âmbito da segurança social, incluindo as pensões de velhice e de invalidez que são apenas 3.180 patacas. Atendendo à contínua subida das rendas e dos preços dos produtos de primeira necessidade, é árdua a vida dos idosos e dos deficientes que recebem pensões daquele montante, portanto, a sua qualidade de vida só piora. Na recente sessão de balanço que teve lugar neste hemiciclo, o Chefe do Executivo afirmou que o índice salarial dos funcionários públicos ia aumentar para 79 patacas a partir de 1 de Janeiro de 2015. No entanto, nada disse sobre aumentar o valor do Plano de participação pecuniária, o que é lamentável! Entretanto, tenho recebido muitas opiniões de que as 9.000 patacas da referida participação não são suficientes para aliviar a pressão da vida quotidiana. Segundo as estimativas de um perito, em 2015 a inflação vai ultrapassar os 6%, o que significa que, perante os elevados preços das mercadorias, a qualidade de vida da população só pode piorar. Na verdade, o Plano de participação pecuniária tem conseguido aliviar, de certa forma, a pressão da população, no entanto, o Governo não teve em conta o factor inflação para decidir sobre o aumento do valor em causa. Como já tivemos ocasião de frisar, há toda a necessidade de ajustar o valor da participação pecuniária para 12 mil patacas, face à constante elevada taxa de inflação, à carestia de vida, à valorização do RMB, e à subida das rendas para níveis incomportáveis para os residentes, afectando sobremaneira as camadas mais fragilizadas, nomeadamente os deficientes, as famílias monoparentais, os idosos que vivem sós e os marginalizados da sociedade. Tenho visitado várias famílias que vivem em situação de extrema pobreza e que continuam a lutar energeticamente pela vida, cenário que não passa pela cabeça de ninguém numa cidade tão fluorescente e próspera. São tragédias que se passam no dia-a-dia e que demonstram bem como é abissal o fosso entre ricos e pobres.

A participação pecuniária foi lançada em 2008, ou seja, há sete anos, portanto, já devia existir um mecanismo para a definição sistemática e científica do seu valor, sem se permitir que este seja determinado segundo a vontade do Governo e sem qualquer transparência e fundamento científico. Como o valor em causa não vai sofrer qualquer ajustamento em 2015, os residentes estão perplexos. Assim sendo, esperamos que, aquando da apresentação das Linhas de Acção Governativa em Março próximo, a nova equipa governativa, tendo em linha de conta a situação em que vivem as camadas mais fragilizadas, anuncie a actualização tanto do valor da participação pecuniária como das diversas prestações da segurança social.

IAOD da Deputada Chan Melinda Mei Yi em 05.12.2014

A educação foi desde sempre a pedra basilar do desenvolvimento sustentável da sociedade, sendo o ensino superior a etapa mais importante para a formação de talentos. Nos últimos anos, a taxa de ingresso dos estudantes do ensino secundário complementar no ensino superior é elevada e, nos últimos 5 anos (2008 a 2013), em média, 91% destes estudantes continuaram os seus estudos. Mais, existem em Macau 10 instituições de ensino superior e o número de estudantes a frequentarem estas instituições é relativamente estável, devido ao aumento constante do número de estudantes do exterior. Ademais, com a mudança de instalações da Universidade de Macau (UM) para a ilha de Hengqin e consequente distribuição das antigas instalações da UM na Taipa, existe margem de desenvolvimento para as instituições de ensino superior de Macau em termos de *hardware*, mas, por outro lado, as políticas, o regime e os recursos a nível dos docentes das instituições superiores estão por melhorar.

Em relação ao regime das instituições superiores, actualmente, ainda estamos a aplicar o Decreto-Lei n.º 11/91/M (regime de educação do ensino superior de Macau), publicado na época da Administração Portuguesa, que tinha como objectivo regular de forma elementar as instituições de ensino superior de Macau. Contudo, com o desenvolvimento da sociedade, as alterações do ambiente e o aumento da qualidade do ensino, bem como a diferença nos respectivos rumos, destinatários, envergadura, programas, regimes, métodos de estudo e exigências das 10 instituições de ensino superior, este regime, em vigor há 23 anos, já está obsoleto. De facto, o Governo da RAEM tinha referido que ia alterar o referido regime de educação, e foi efectuada uma consulta pública em Maio de 2004, contudo, passados 10 anos, ainda não se apresentou nada sobre esta matéria, e isto está a atrasar o desenvolvimento das instituições de ensino superior de Macau. Pelo exposto, insto o Governo a rever e a melhorar este regime, com a maior brevidade.

Mais, há que melhorar a qualidade pedagógica do ensino superior em geral e, para além do *hardware*, atrair docentes de qualidade também é importante, e, para isso, há que aperfeiçoar as remunerações e regalias. Ao compararmos as remunerações que os professores de categorias similares auferem em Macau e nas regiões vizinhas, verifica-se que as atribuídas em Macau, quer a professor, quer a professor associado e a professor auxiliar, estão aquém das outras. Por exemplo, um professor da Universidade de Macau, que é a oficial, auferem, no máximo, 1000 pontos indiciários da tabela salarial, ou seja, 79 000 patacas. Um professor da Universidade de Hong Kong ganha, no máximo, 98 500 dólares de Hong Kong. Aqui existe uma diferença notória e cresce-se que o regime do ensino superior de Macau está ainda por melhorar, há falta de um mecanismo de garantia e de reforma dos docentes, o que não é favorável à estabilidade da qualidade dos mesmos no ensino superior, como também dificulta que se atraiam académicos de classe mundial. Assim, quanto à definição da futura política desta

área, é necessário prestar atenção a esta questão.

O Governo da RAEM, orientado pelo princípio de “Promover a prosperidade de Macau através da Educação”, tem-se empenhado no aperfeiçoamento do regime do ensino superior, nomeadamente, quanto à distribuição dos recursos e do erário público, na criação de um regime de fiscalização eficaz, para que estes recursos sejam utilizados nos locais correctos e contribuam para elevar a capacidade das instituições académicas na área de *hardware* e *software*, no sentido de estas desenvolverem bem as próprias características e vantagens, para formarem talentos locais em todas as áreas e contribuir para o desenvolvimento sustentável da sociedade.

Reforçar o apoio ao ensino recorrente

O ensino recorrente tem por objectivo proporcionar mais uma oportunidade de aprendizagem aos que abandonaram precocemente o ensino regular e já formou muitos talentos. Trata-se de uma vertente de ensino imprescindível para a promoção dos trabalhadores que supre, em certa medida, as insuficiências do ensino regular, e que assume uma grande importância para a prosperidade de Macau.

No entanto, ainda enfrenta vários problemas que carecem de resolução e da maior consideração quer do governo quer da sociedade.

1. Irrazoabilidade dos apoios públicos concedidos ao ensino recorrente

Desde o retorno à Pátria que o Governo tem vindo a aumentar os apoios à escolaridade gratuita, o que já não sucedeu com o ensino recorrente. Actualmente, os apoios concedidos por turma são apenas 75% dos concedidos ao ensino regular. Nos últimos anos, o número de alunos do ensino recorrente tem diminuído, de 3 161 alunos no ano lectivo de 2010/2011 desceu para 2 125 alunos no ano lectivo de 2013/2014. Se se dividir o montante dos subsídios pelo número de alunos, no ano lectivo de 2014/2015, os subsídios concedidos aos alunos do secundário complementar do ensino recorrente foram menores do que os concedidos à infantil do ensino regular. E entretanto, mesmo no ensino recorrente, os apoios concedidos ao secundário complementar são menores do que os concedidos ao secundário-geral. Esta distribuição de apoios suscita-nos dúvidas.

2. A insuficiência de recursos impossibilita os alunos de mais cuidados

Os alunos que frequentam o ensino recorrente são, na sua maioria, aqueles que não se adaptaram ao ensino diurno. Os que frequentam o secundário geral têm idades compreendidas entre os 16 e os 20 anos e os do secundário complementar têm idades compreendidas entre os 20 e os 30 anos. Dum modo geral, em termos de estudos as bases não são sólidas, cada um tem o seu próprio nível, e a falta de apoio familiar aumenta as dificuldades dos docentes. A carga horária no ensino recorrente é menor do que no ensino regular, mas em contrapartida, os docentes do recorrente têm de prestar mais cuidados aos alunos. Depois de terem abandonado os estudos há muito tempo, alguns optam por voltar à escola com todo o entusiasmo, mas como as bases são frágeis, sobretudo nas disciplinas de inglês e matemática, não conseguem adaptar-se. Alguns precisam de frequentar turmas mistas, mas devido à falta de recursos das escolas, têm que desistir de estudar pois não recebem os devidos apoios e cuidados.

3. Devido à insuficiência de formação para os docentes, a qualidade pedagógica não melhora

O ensino recorrente exige elevados níveis de qualificação dos docentes. A oferta de formação destinada aos docentes do ensino recorrente é muito reduzida, e a maioria das acções de formação decorre à noite, o que impossibilita a participação dos docentes do ensino nocturno, que assim não conseguem aumentar o seu nível de qualificação. A eventual fuga de docentes do ensino recorrente terá um grande impacto ao nível da qualidade pedagógica.

Embora a carga horária seja menor no ensino recorrente do que no ensino regular, os docentes do ensino recorrente leccionam 4 a 5 níveis diferentes, trabalham até altas horas da noite e precisam de mais tempo para darem explicações aos alunos com mais necessidades. O número de alunos está a diminuir e o seu nível é cada vez mais baixo, o que aumenta a pressão dos docentes, que não sabem qual vai ser o seu futuro, portanto, uma situação que é desfavorável ao desenvolvimento dos docentes.

Sendo assim, solicito às autoridades da educação que:

1. Definam planos de curto, médio e longo prazos para o ensino recorrente, aumentem os investimentos e procedam à avaliação da distribuição de subsídios para o ensino recorrente.
2. Implementem turmas com poucos alunos e melhorem o rácio professor/aluno.
3. Definam o quadro da organização curricular do ensino recorrente, com vista ao aumento da respectiva qualidade.
4. Reforcem os apoios aos docentes em causa e ofereçam cursos de formação adequados, com vista ao aumento das suas qualificações profissionais.
5. Estendam o ensino integrado ao ensino recorrente, para que as escolas disponham de recursos e docentes suficientes para ensinarem melhor os alunos do ensino integrado.

Desenvolver o turismo desportivo, promover a criação do Centro Mundial de Turismo e Lazer e implementar a diversificação da economia

A maratona de Nova Iorque é já um evento tradicional. Esta competição atrai cerca de 30 mil participantes provenientes de mais de 100 países ou regiões do mundo, gerando receitas de 230 milhões de dólares americanos.

A maratona de Nova Iorque tem 36 anos de existência, mas é mais importante do que a de Boston, que já existe há 109 anos. Quando a maratona de Nova Iorque teve início, o custo de inscrição neste evento era de apenas 1 dólar americano por participante. Actualmente, verifica-se um aumento de mais de 100 vezes, atingindo 107 dólares americanos por participante e, para os estrangeiros, as despesas de inscrição atingem os 164 dólares americanos. Mesmo com estes valores, há um grande entusiasmo na participação, que bate anualmente um recorde, atingindo no presente ano 97 mil inscritos. No entanto, existe uma selecção rigorosa para a participação nesta competição de alto nível mundial, e apenas 1/3 dos inscritos acaba por poder participar.

De um modo geral, a definição de turismo desportivo é a participação num evento desportivo organizado no exterior. Isto significa que integra o turismo desportivo quem for concorrente, júri, voluntário ou apenas público da competição.

Nos últimos anos, a exportação dos “serviços de turismo” está em crescimento constante, sendo ainda uma importante parte dos serviços de comércio internacional. De acordo com os dados estatísticos da Organização Mundial do Comércio, no último ano, a exportação dos “serviços de turismo” a nível mundial cresceu 7%, e só na Ásia cresceu 9%, constituindo 25,5% do valor total de exportação dos serviços do comércio a nível mundial.

Após o Retorno, com o aumento da visibilidade de Macau a nível internacional, e com o aumento paulatino das infra-estruturas e a promoção de uma estreita cooperação regional, Macau já dispõe de requisitos para desenvolver o turismo desportivo.

Anualmente, o Governo da RAEM promove vários tipos de eventos desportivos, nomeadamente, as regatas internacionais de barcos-dragão, o Grande Prémio Mundial de Voleibol Feminino, o torneio de golfe e o Grande Prémio de Macau, com vista a promover e a publicitar a imagem da Região, tendo ainda como objectivo trazer mais turistas, atraindo anualmente profissionais e amadores destes desportos, assim como visitantes. Estes eventos não só conseguem promover junto dos residentes as actividades desportivas e de lazer, como também, ao mesmo tempo, trazem benefícios económicos para Macau e disponibilizam muitos postos de trabalho.

Em meados de Novembro deste ano, teve lugar o Grande Prémio de Macau e organizou-se o Festival de Gastronomia. O número dos visitantes que entraram e saíram dos postos fronteiriços bateu um novo recorde durante o fim-de-semana respectivo. Na realidade, a economia desportiva fermenta-se constantemente em todo o mundo. Neste ano, o Grande Prémio, que durou 4 dias, atraiu 80 mil espectadores, e as receitas vindas dos patrocínios, da publicidade e dos ingressos ultrapassaram os 51 milhões de patacas. Neste evento participaram 213 pilotos vindos de 24 países ou regiões e 1077 jornalistas provenientes de 27 países ou regiões. Vejamos os exemplos: o Circuito na cidade de Melbourne, no período do campeonato de Fórmula 1, atrai anualmente mais de 100 mil visitantes, e o Circuito de Sepang na Malásia, mais de 70 mil visitantes. Embora os campeonatos de F3 e de F1 sejam diferentes, compreende-se que a função de um evento desportivo é muito importante para destacar o nome de uma cidade e criar rentabilidade económica e oportunidades de emprego.

Assim, sugiro que o futuro desenvolvimento desportivo de Macau, para além de mais popularizado, deve passar pela elevação do seu nível profissional, e o Governo deve traçar um melhor planeamento, investir mais recursos, e colaborar com as organizações e empresas deste sector, para fazer uma melhor ligação entre os elementos e recursos do “desporto” e do “turismo”. Desta forma, os residentes podem sair beneficiados, o desporto local e os sectores inerentes podem tornar-se profissionalizados e industrializados, enriquecendo os produtos turísticos de Macau e contribuindo não só para criar novas fontes de visitantes como para prolongar as respectivas estadias, a fim de promover a construção de Macau como centro de turismo e de lazer a nível mundial, e concretizar a diversificação adequada da nossa economia, beneficiando mais sectores, nomeadamente, as Micro, Pequenas e Médias Empresas.

IAOD da Deputada Song Pek Kei em 05.12.2014

Empenho na implementação da reforma administrativa e melhor concretização das acções governativas

O Chefe do Executivo anunciou oficialmente, nesta semana, a lista dos novos titulares dos principais cargos a aguardar posse, e a sociedade deposita grandes expectativas nesta nova equipa de governação, esperando que resolva gradualmente os problemas há muito existentes. O novo mandato do Governo vai passar por grandes desafios e por ser testado, nos trabalhos de reforço da implementação da reforma administrativa, da criação de forma científica de uma equipa de governação e de concretização do programa político do Chefe do Executivo. Assim sendo, sugiro o seguinte:

1. Organizar melhor a estrutura dos organismos públicos e reestruturar as funções

A redundância na estrutura dos organismos públicos e a sobreposição das suas funções têm vindo a ser alvo de críticas do público. Embora Macau seja um local muito pequeno, segundo os dados estatísticos, instituíram-se cinco Secretários e mais de 30 directores, 7 conselhos consultivos na dependência do Chefe do Executivo, 40 conselhos na dependência dos cinco Secretários, 13 gabinetes e equipas de projecto, e 18 fundos, tendo mais organismos públicos do que Hong Kong, onde só existem 3 Secretários e 12 directores. Quanto mais pormenorizadas as funções, mais aumenta o número dos serviços públicos e maior é o fenómeno de sobreposição de funções. Quanto mais pormenorizada for a divisão dos trabalhos nos serviços públicos, mais difícil será a sua coordenação, assim como a transmissão suave de ordens superiores, trazendo assim inconveniências à população. Presentemente, os assuntos de execução de drenagens competem aos Serviços de Obras Públicas, e ao ICAM, a sua manutenção e reparação. Sugiro que o Departamento de Planeamento Urbanístico fique responsável pelos assuntos ligados ao desenvolvimento do planeamento urbanístico e que alguns fundos sejam integrados nas direcções a que estão ligados. Por exemplo, o Fundo de Pensões deve ser integrado na Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública (SAFP), etc. A sociedade deseja que no novo mandato do Governo se proceda: à reestruturação e integração dos organismos públicos que têm funções e atribuições aproximadas ou similares, administrados por um serviço público, para uma melhor concretização das acções governativas.

2. Optimizar o regime de gestão dos funcionários públicos

Face ao aumento das funções do Governo da RAEM, a equipa de funcionários públicos tem vindo a aumentar, passando de cerca de 17 mil, antes do retorno à Pátria, para mais de 30 mil funcionários. Mas a população não conseguiu sentir o elevar da eficácia dos serviços públicos. Por um lado, o Governo deve efectuar uma avaliação científica sobre a adequabilidade da estrutura dos serviços públicos e da situação da colocação do pessoal, bem como sobre a eficácia do

funcionamento desses serviços. Por outro lado, deve ainda efectuar estudos sobre o modelo e a eficácia do regime de recrutamento centralizado, otimizar o desenvolvimento dos serviços electrónicos, e controlar rigorosamente a velocidade do aumento da equipa de funcionários públicos. Para além disso, deve aperfeiçoar ainda o actual mecanismo de formação dos funcionários públicos, definir um regime de prémio e penalização, e incentivar os funcionários públicos a progredirem na sua carreira.

3. Simplificar procedimentos, conferir competências e elevar eficiência

No Governo da RAEM existem muitas Direcções de Serviços. No entanto, devido às limitações a nível de competências, à complexidade dos procedimentos, e à falta de sinergias para o funcionamento dos serviços públicos, os resultados do desempenho não conseguiram manifestar-se. Tendo em conta que a relação entre as Direcções de Serviços e os seus superiores hierárquicos não foi alvo de aperfeiçoamento, então registou-se uma falta de equilíbrio eficaz nas competências das Direcções de Serviços. Assim, muitas tarefas da atribuição das Direcções dos Serviços tiveram de passar para os respectivos “serviços com dirigentes”, para apreciação e tomada de decisões, o que influencia a eficácia do funcionamento geral dos serviços públicos. Tomando como referência as linhas do País para a reforma “Simplificar procedimentos, conferir competências”, uma delas é: “aperfeiçoar as relações entre o governo central e os governos locais, conferir competências, ajustar a capacidade de apresentação de iniciativas, libertar as energias activas dos diversos locais, e equilibrar a capacidade financeira e as responsabilidades dos governos locais”. Assim, o Governo deve, a partir daí, aprender a simplificar procedimentos e a conferir competências, isto é, os superiores hierárquicos devem conferir poderes às Direcções dos Serviços, para que haja uma correspondência entre aqueles e as atribuições dessas Direcções; e simplificar os procedimentos para elevar a eficácia dos resultados dos trabalhos, isto tudo para os serviços públicos do Governo da RAEM terem cada qual as suas funções e as suas responsabilidades, em prol de uma boa governação.

A RAEM vai muito em breve ter um novo Governo. O como implementar e aprofundar a reforma da Administração Pública e concretizar o objectivo “boa governação”, consagrado nas LAG, vai ser o tema alvo de atenção da sociedade. O Governo deve então ajustar a sua estrutura interna, reestruturar e fundir os serviços funcionais, e otimizar o mecanismo de gestão dos funcionários públicos, em prol da elevação da eficácia. Deve ainda resolver os problemas do mecanismo de administração pública, para criar uma pedra basilar consolidada para as acções governativas e o desenvolvimento social, em prol da concretização do slogan “Aspirações Comuns para o Futuro e Partilha da Prosperidade” consagrado nas LAG.